

Associação Arca de Noé de Apoio Social

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Relatório dos Auditores Independentes

Associação Arca de Noé de Apoio Social

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
--	---

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores da

Associação Arca de Noé de Apoio Social

São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação Arca de Noé de Apoio Social (“Associação”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para Pequenas e Médias Empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”, incluída a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e legislações específicas para entidades filantrópicas.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para Pequenas e Médias Empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”, incluída a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e legislações específicas para entidades filantrópicas, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;

Responsabilidade dos auditores independentes--Continuação

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de julho de 2026.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-031.269/O-1



Ricardo Afonso Parra

Contador CRC 1SP-237.688/O-4



Fábio Torres Rodrigues

Contador CRC 1SP-251.343/O-6

Associação Arca de Noé de Apoio Social

Balanço patrimonial
em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	898.903	626.344	Contas e títulos a pagar	-	10.229	15.455
Recursos vinculados	5	493.541	334.000	Obrigações sociais e impostos	7	30.921	35.404
Adiantamentos	-	13.381	55.016	Outras contas de adiantamentos	-	7.706	-
Impostos a recuperar	-	20.700	20.176	Recursos a aplicar	5	493.541	334.000
		1.426.525	1.035.536			542.397	384.859
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	6	1.227.164	1.159.707	Outros passivos	8	341.057	315.940
		1.227.164	1.159.707			341.057	315.940
				Patrimônio líquido	9		
				Patrimônio social	-	1.494.444	1.369.746
				Superávit do exercício	-	275.791	124.698
						1.770.235	1.494.444
Total do ativo		2.653.689	2.195.243	Total do passivo e patrimônio líquido		2.653.689	2.195.243

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Arca de Noé de Apoio Social

Demonstração do resultado
em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

	Nota	2024	2023
Receitas operacionais			
Assistência social	10	645.521	678.289
Doações	10	1.957.677	1.601.697
Receitas obtidas com serviços voluntários	10	562.320	526.450
Outras receitas vendas de produtos	10	265.155	169.495
		3.430.673	2.975.931
Custos e despesas operacionais			
Despesas com pessoal	11	(1.174.064)	(1.065.694)
Despesas administrativas	12	(1.496.796)	(1.369.010)
Despesas com serviços voluntários	13	(562.320)	(526.450)
		(3.233.180)	(2.961.154)
Superávit antes do resultado financeiro		197.493	14.777
Resultado financeiro, líquido	14	78.298	109.921
Superávit do exercício		275.791	124.698

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Arca de Noé de Apoio Social

Demonstrações do resultado abrangente
em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

	2024	2023
Superávit dos exercícios	275.791	124.698
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	275.791	124.698

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Arca de Noé de Apoio Social

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em
31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.369.746	-	1.369.746
Superávit do exercício	-	124.698	124.698
Incorporação ao patrimônio social	124.698	(124.698)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.494.444	-	1.494.444
Superávit do exercício	-	275.791	275.791
Incorporação ao patrimônio social	275.791	(275.791)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.770.235	-	1.770.235

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Arca de Noé de Apoio Social

Demonstrações dos fluxos de caixa
em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Superávit do exercício	<u>275.791</u>	<u>124.698</u>
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	106.882	100.363
Outras provisões	25.117	3.615
(Aumento) redução nos ativos		
Adiantamentos	41.635	(35.114)
Impostos a recuperar	(524)	(432)
Outras contas de adiantamentos	7.706	-
Aumento (redução) nos passivos		
Contas e títulos a pagar	(5.226)	(4.555)
Obrigações sociais e impostos	(4.483)	30.267
Caixa líquido proveniente das /(utilizado nas) atividades operacionais	<u>446.898</u>	<u>218.842</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(174.339)	(58.660)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(174.339)</u>	<u>(58.660)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>272.559</u>	<u>160.182</u>
No fim do exercício	898.903	626.344
No início do exercício	626.344	466.162
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>272.559</u>	<u>160.182</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Associação Arca de Noé de Apoio Social (“Associação”), é uma associação civil de natureza sociocultural, sem fins econômicos, com sede na Rua Dianópolis, 4.100, Complemento Viela-Rua da Igreja, 1.557, CEP 03126-007, Parque da Mooca, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, cujo funcionamento é regido pelas disposições do seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor.

A Associação tem por objetivo:

- (i) A promoção da defesa dos direitos humanos das crianças e adolescentes e de suas famílias, através do fortalecimento dos vínculos internos e externos de solidariedade, respeito e cooperação;
- (ii) O auxílio no processo de inclusão e emancipação social das famílias em situação de vulnerabilidade social, fomentando-se o desenvolvimento de atividades que favoreçam o rompimento do ciclo de pobreza entre gerações;
- (iii) O desenvolvimento de serviços e projetos que visem evitar a exposição de crianças e adolescentes à situações de risco, tais como violência ou de omissão de serviços básicos, como cuidados, nutrição, esportes, cultura e lazer;
- (iv) A formação e orientação profissional para adolescentes e adultos.

De acordo com seu Estatuto Social, para cumprir seu propósito, a Associação atuará por meio da criação, apoio, promoção e desenvolvimento de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins ou na participação e/ou realização de eventos culturais pagos, com a renda revertida para a manutenção das atividades desenvolvidas de assistência social.

A Associação possui registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SP, sob o nº 2097/17, para execução de Programas de Apoio Socioeducativo em Meio Aberto. Embora o prazo de vigência do referido registro tenha expirado em março de 2026, a Administração informa que o pedido de renovação foi tempestivamente protocolado junto ao órgão competente, encontrando-se em processo de análise na data de emissão destas demonstrações financeiras, conforme Protocolo nº 37072219.

2 Base de preparação e elaboração

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Associação, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para Pequenas e Médias Empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluída a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e legislações específicas para entidades filantrópicas.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Associação é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras.

(c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(e) Contingências

A Associação está sujeita no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária e trabalhista, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Associação, poderão afetar adversamente as demonstrações financeiras, independentemente do respectivo resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não havia valores a serem provisionados e/ou divulgados quanto a processos em andamento.

2. Base de preparação e elaboração--Continuação

(f) Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Associação de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras e após as análises a Administração concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Associação aqui apresentadas.

(g) Autorização e aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das referidas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração da Associação em 14 de maio de 2025.

A administração da Associação afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Apuração do superávit/déficit do exercício

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o princípio de competência.

Quando aplicável, as receitas decorrentes de patrocínios de projetos a projetos culturais aprovados de acordo com as leis de incentivo fiscal, recebidas na forma de ativo monetário, acrescidas dos rendimentos de aplicações financeiras dos valores recebidos, são reconhecidas no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas no desenvolvimento das atividades do projeto.

O superávit/déficit referente às atividades da Associação é incorporado ao patrimônio social somente ao término de cada exercício social.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. Também incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação, ou considerados de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo registrados pelos valores de custos acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou realização.

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

(c) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, doação ou construção, deduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando taxas de estimativas de vida útil.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes são as seguintes:

- Equipamentos de informática / móveis e utensílios - 5 anos;
- Edificações - 20 anos.

(d) Obrigações trabalhistas e tributárias

São apresentados os valores referentes às obrigações trabalhistas, tributárias e contribuições devidas pela Associação. As provisões trabalhistas são decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

(e) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

(f) Redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos da Associação são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda em relação ao valor recuperável dos ativos. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação, caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

O julgamento da Administração é de que não houve evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável nesse exercício, portanto, não houve indício de *impairment*.

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

(g) Patrimônio líquido

Acumula o patrimônio inicial, acrescido ou reduzido dos superávits (déficits) apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais, conforme divulgado na Nota 1.

(h) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e poupanças. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras e tarifas das administradoras de cartões de débito e crédito sobre as operações.

(i) Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

(j) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado e (ii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial, quando a Associação for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Associação incluem: caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados.

Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Alterações no valor de ativos financeiros registrados pelo valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado e (ii) ao valor justo por meio do resultado. A Associação determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. O passivo financeiro da Associação inclui: recursos a aplicar.

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

(j) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Passivos financeiros--Continuação

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	1.198	1.281
Bancos conta movimento	303.985	3.680
Aplicações financeiras	593.720	621.383
	898.903	626.344

A Associação mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras referem-se à fundos de investimento em cotas de fundos de investimento referenciados DI, com taxa de aplicação aproximada de 95% do CDI mensal e estão sendo demonstradas em equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e pelo fato de a administração efetuar resgates rotineiros em conformidade com a sua necessidade de caixa.

5. Recursos com restrição e recursos a aplicar

Recursos com restrição

	2024	2023
Aplicações financeiras	493.541	334.000

Recursos a aplicar

	2024	2023
BNP Paribas	-	100.000
FII Institute	-	234.000
PROAC (Programa de Ação Cultural do Governo do Estado de São Paulo)	249.915	-
Lesafre	89.478	-
Localiza	34.500	-
TMF Brasil	36.000	-
Renault	47.648	-
Fundação Polygone	36.000	-
	493.541	334.000

Os recursos vinculados e a aplicar referem-se a valores recebidos e a receber pela Associação e com destinação contratual expressa que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados a que se referem.

6. Imobilizado

	2023		2024
Movimentação do imobilizado	Custo	Aquisições	Custo
Instalações	148.559	37.915	186.474
Máquinas e equipamentos	190.793	33.009	223.802
Móveis e utensílios	76.360	30.793	107.153
Terrenos	178.000	-	178.000
Imóveis e prédios	910.063	37.122	947.185
Telefone	1.773	-	1.773
Equipamentos de informática	191.716	35.500	227.216
	1.697.264	174.339	1.871.603
		Depreciação do exercício	
Movimentação da depreciação	2023		2024
Instalações	(60.448)	(8.868)	(69.316)
Máquinas e equipamentos	(70.716)	(19.735)	(90.451)
Móveis e utensílios	(42.690)	(6.226)	(48.916)
Imóveis e prédios	(271.245)	(36.399)	(307.644)
Equipamentos de informática	(92.458)	(35.654)	(128.112)
	(537.557)	(106.882)	(644.439)
	1.159.707		1.227.164

6. Imobilizado--Continuação

Movimentação do ativo imobilizado

	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	1.159.707	1.201.410
(+) Aquisições	174.339	58.660
(-) Depreciação no exercício	(106.882)	(100.363)
Saldo em 31 de dezembro	1.227.164	1.159.707

7. Obrigações sociais e impostos

	2024	2023
FGTS a recolher	4.798	6.167
INSS a recolher	17.529	25.994
Provisão de férias	8.570	2.514
Outros	24	729
	30.921	35.404

8. Outros passivos

	2024	2023
Provisão rescisão	167.729	182.731
Provisão FGTS	151.528	121.275
Provisão INSS	21.800	11.934
	341.057	315.940

Referem-se à estimativa de obrigações futuras com desligamentos de funcionários, constituída conforme exigência do convênio firmado com a Prefeitura do Município de São Paulo.

Os recursos destinados à cobertura dessas obrigações estão vinculados em conta de poupança mantida junto ao Banco do Brasil S.A.

9. Patrimônio líquido

(a) Patrimônio social

Acumula valores de superávits (déficits) apurados anualmente desde a data de sua constituição e ajustes e que são empregados integralmente nos seus objetivos sociais, comentados na nota 1. O resultado do período é incorporado ao Patrimônio Social, conforme Resolução CFC N.º 1.409/12 que aprovou Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

(b) Dissolução ou extinção

Em caso de dissolução, extinção ou desqualificação da Associação, o patrimônio líquido, os legados, ou as doações que lhe forem destinadas, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão transferidos a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da lei nº9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social da extinta.

Associação Arca de Noé de Apoio Social
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

10. Receitas operacionais

	2024	2023
Receitas com doações		
Empresas	1.835.766	1.472.669
Pessoas físicas	28.997	52.171
Nota fiscal paulista	84.685	59.765
Outros	8.229	17.092
	1.957.677	1.601.697
Assistência social		
Convênio Prefeitura (a)	645.521	607.558
Prefeitura (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD)	-	70.731
	645.521	678.289
Serviços voluntários		
Receitas com serviços voluntários (b)	562.320	526.450
Outras receitas		
Vendas ateliê	265.155	152.595
Serviços prestados	-	16.900
	265.155	169.495
	3.430.673	2.975.931

(a) Em 15 de março de 2023, a Associação celebrou Termo de Colaboração com a SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social) para execução das atividades do Centro para Crianças e Adolescentes - CCA Vila Prudente, com capacidade de atendimento de até 120 crianças e adolescentes. A parceria possui vigência até 29 de fevereiro de 2028 e valor global estimado de R\$ 3.123.490, com repasses mensais conforme previsto no instrumento contratual.

(b) Receitas obtidas com serviços voluntários: o valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos (diretores e gestores da associação, mentores e outros voluntários, estagiário). O mesmo valor está apresentado nas despesas com serviços voluntários (nota 13).

11. Despesas com pessoal

	2024	2023
Salários e ordenados	(579.475)	(527.339)
Encargos sociais sobre folha de pagamento	(245.161)	(237.468)
Férias, 13º salário e encargos	(140.116)	(109.409)
Benefícios	(160.291)	(128.652)
Rescisões e indenizações	(18.463)	(16.697)
Outros	(30.558)	(46.129)
	(1.174.064)	(1.065.694)

12. Despesas administrativas

	2024	2023
Serviços de terceiros (pessoa jurídica) (a)	(604.165)	(493.208)
Serviços de terceiros (pessoa física)	(13.807)	(43.218)
Despesas com cozinha e copa	(338.291)	(294.402)
Depreciação	(106.882)	(100.363)
Viagens e estadias (b)	(1.562)	(158.971)
Água e luz	(51.928)	(38.540)
Cursos e treinamentos	(15.694)	(4.740)
Despesas com ateliê	(105.665)	(81.816)
Transportes	(34.829)	(21.093)
Seguros	(6.194)	(3.861)
Telefone e internet	(14.955)	(15.328)
Despesas com manutenção	(63.414)	(18.317)
Outras	(139.410)	(95.153)
	(1.496.796)	(1.369.010)

(a) Em 2024, a Associação incorreu em despesas pontuais com serviços de terceiros relacionados a projetos institucionais e ao fortalecimento da gestão, com destaque para o trabalho realizado pela Ipsos Brasil Pesquisas de Mercado Ltda., no montante de R\$ 55.000, voltado à estruturação da Teoria da Mudança da Arca, avaliação de impacto e definição de indicadores institucionais.

(b) Em 2023, a Associação realizou o "Projeto Rugby", intercâmbio esportivo internacional na França destinado aos jovens atendidos pela Associação. A execução do projeto gerou despesas adicionais de aproximadamente R\$ 150.000, representando o principal fator para o aumento dos gastos no exercício. Trata-se de evento não recorrente, que não foi continuado em 2024.

13. Despesas com serviços voluntários

A Associação reconhece os serviços voluntários recebidos pelo valor justo estimado dos serviços prestados, com registro simultâneo em receita e despesa, sem efeito líquido no resultado do período.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante reconhecido foi de R\$ 562.320 (R\$ 526.450 em 2023).

14. Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
Despesas financeiras		
Juros pagos	(274)	(11)
Despesas bancárias	(11.033)	(11.075)
Multa de mora	(20)	(99)
	(11.327)	(11.185)
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicação financeira	89.625	121.106
	78.298	109.921

15. Aspectos fiscais - imunidade tributária

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea “c” do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal. A imunidade tributária refere-se apenas a impostos, não alcançando as taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e empréstimos compulsórios.

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

- IR sobre rendimentos financeiros - Títulos e Valores Mobiliários;
- IR sobre rendimentos financeiros - aplicações financeiras.
- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias.

16. Cobertura de seguros (não auditado)

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Administração, baseada na orientação desses consultores, considera as coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por auditores independentes.

17. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Associação restringem-se, principalmente, às operações de contas a receber, partes relacionadas e fornecedores, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota 3 (j). Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- **Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados:** Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras são mantidos em bancos de primeira linha, e têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado;
- **Recursos a aplicar:** os valores de mercado são equivalentes aos valores contábeis, em função dos prazos de liquidação de curto prazo.

17. Instrumentos financeiros--Continuação

Considerações sobre riscos

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, têm nos ganhos da Associação e no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI – certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

Operações com instrumentos derivativos

A Associação não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.